

## RNDS e Portal Conecte SUS Profissional promoverão a integração dos serviços e processos de saúde.

Coordenação-Geral de Inovação em Sistemas Digitais (CGISD/DATASUS/SE)

### Sumário

1. *Piloto da nova versão PEC/e-SUS APS integrada à RNDS.*
2. *Conecte SUS em números.*
3. *Portaria regulamenta a utilização do CPF como identificador unívoco de usuários do SUS.*
4. *Workshop em FHIR e Modelos de Informação Clínica tem mais de 60 participantes.*
5. *Parceria entre o MS, UFG e a UnB promove Programa Educacional em Saúde Digital.*

### Ministério da Saúde

DATASUS – Departamento de Informática do SUS  
Esplanada dos Ministérios, Bloco G,  
Anexo A, 1º Andar  
70058-900 – Brasília/DF  
[datasus@saude.gov.br](mailto:datasus@saude.gov.br)  
[datasus.saude.gov.br](https://datasus.saude.gov.br)

### Piloto da nova versão do PEC/e-SUS APS integrada à RNDS.

Promover a troca de informações de saúde entre os diversos estabelecimentos da Atenção Primária no país é um dos desafios mais estimulantes para todos os envolvidos na implementação da RNDS. Um longo caminho vem sendo percorrido para sua viabilização: A construção do Portal Conecte SUS, a carga dos resultados de exames da COVID-19 na RNDS, os resumos das internações hospitalares extraídos da base de dados da Autorização de Internação Hospitalar (AIH), a aplicação das regras e mecanismos de segurança da informação e consentimento assegurando a alinhamento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são alguns dos desafios para proporcionar valor de uso para os cidadãos e profissionais de saúde. A ambição é clara: tornar a Saúde Digital um caminho inovador e capaz de promover a melhoria do atendimento da população, a transição e continuidade do cuidado por meio de acesso seguro e transparente à história clínica do usuário.

Essa mudança já começou a ser percebida nos municípios pilotos da nova versão do Prontuário Eletrônico do Cidadão/e-SUS APS (PEC/e-SUS APS). Os municípios, selecionados para serem o piloto dessa nova etapa da RNDS já estão em fase avançada de implantação: Arujá/SP, Cuiabá/MS, Brasília/DF, Dourados/MT, Marília/SP, Palmas/TO, Pelotas/RS, Piraí/RJ, Santa Luzia/MG e Teresina/PI. Os profissionais dos estabelecimentos da Atenção Primária destes municípios poderão, por meio do próprio PEC/e-SUS APS, acessar o Portal Conecte SUS – Profissional e, assim, visualizar informações clínicas relevantes dos seus pacientes durante o atendimento, promovendo maior precisão no diagnóstico, maior resolutividade e, sobretudo, segurança para todos.

Em dezembro será um marco e está prevista a disponibilização da nova versão do PEC/e-SUS APS integrado à RNDS para todo o País. Gestores municipais devem cadastrar o município no Portal de Serviços, garantir a disponibilidade do Certificado Digital Pessoa Jurídica (e-CNPJ A1) e efetivar a atualização da versão do PEC/e-SUS APS. O DATASUS e o Ministério da Saúde irão concluir a requisição e a distribuição aos municípios de todo o Brasil, além de concluir a articulação para o apoio do Confederação Nacional dos Municípios (CNM), da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e do CONASEMS que exercem papel fundamental no patrocínio institucional, na comunicação, no suporte e na operacionalização dessa implantação.

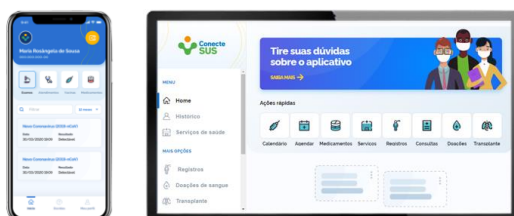


Figura 1 – Telas Conecte SUS Cidadão (app) e Profissional

<https://conectesus.saude.gov.br>

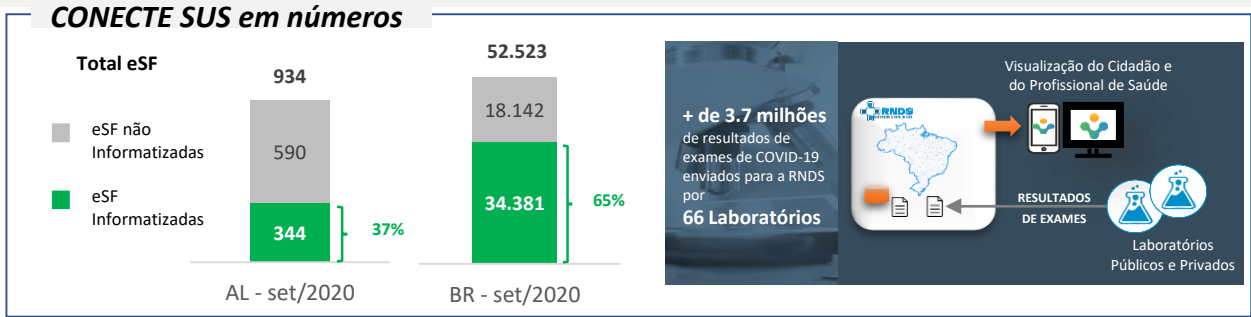


Figura 2 – Avanços na Informatização em AL e no Brasil e representação esquemática do envio de Resultados de Exames para a RNDS. Consulta em 30/10/2020.

Portaria regulamenta a utilização do CPF como identificador único de usuários do SUS.

A [pactuação da minuta de portaria do CPF na 6ª Reunião Ordinária da CIT](#) representa um importante avanço para a identificação única de usuários do SUS, ao regulamentar o uso do CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a identificação de indivíduos nos registros de saúde. A regulamentação na portaria possibilita que o CPF seja utilizado no lugar do Cartão SUS para quem já possui o documento, mas também mantém o CNS para aqueles que, por algum motivo, não possuem registro no Cadastro de Pessoas Físicas, como crianças e indígenas, por exemplo.

Ao estabelecer que o CPF é suficiente, a portaria desburocratiza e simplifica a identificação de indivíduos nos registros de saúde, sem prejuízo do uso do CNS. O CPF é um registro de utilização e abrangência geográfica crescentes e que, em alinhamento com as iniciativas do governo federal, evolui para se tornar o instrumento mais importante de identificação de todos os cidadãos.

Há vinte anos, quando se enfrentava outra realidade social e tecnológica, a criação do CNS foi a abordagem

adequada para atender a necessidade de identificação única dos usuários dos serviços de saúde, reconhece-se a relevância e a história do Cartão Nacional de Saúde e facilita a identificação dos usuários do SUS, com benefícios para todos. As adequações tecnológicas necessárias para os sistemas do SUS garantam a integração entre o CPF e o CNS serão implementadas pelo Datasus a partir da publicação da portaria.



Figura 3 – O CPF garante identificação única do usuário do SUS

Workshop Virtual de FHIR e Modelagem de Informações Clínicas

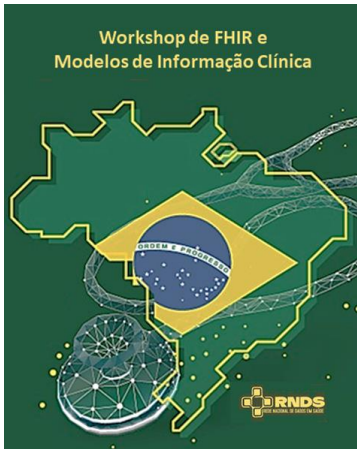


Figura 4 – Chamada para o Workshop.

Foi realizado nos dias 07, 08 e 09 de outubro o Workshop virtual sobre FHIR e Modelagem de Informações Clínicas. O evento contou com a participação de técnicos do Ministério da Saúde e Anvisa, bem como das secretarias estaduais de saúde e teve uma média de 66 participantes por dia. Por meio de uma abordagem teórico-prática, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o padrão HL7 / FHIR e seus usos e verificar como ele está sendo utilizado para troca de informações da RNDS e como foi realizada a Modelagem de Informações Clínicas para construção dos modelos Conjunto Mínimo de Dados (CMD), Resumo de Atendimento Clínico (RAC) e Sumário de Alta (SA). Os participantes deixaram o Workshop com um conhecimento básico do padrão e de sua utilização no desenvolvimento de novos perfis, bem como criar e trabalhar com comunidades de prática para desenvolver outras aplicações e usos do padrão na Saúde Digital. Para falar dessas comunidades, o Instituto HL7 Brasil trouxe para os participantes exemplos das ferramentas e do engajamento da comunidade HL7 com foco no FHIR no Brasil e no mundo.

O Workshop faz parte da parceria entre a CGISD/DATASUS e o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, por meio do PROADI-SUS, no desenvolvimento de uma infraestrutura nacional baseada em padrões para a implementação da RNDS, a infraestrutura de informações que irá possibilitar a comunicação entre todos os estabelecimentos de saúde e cidadãos, para garantir que a informação precisa e de qualidade esteja ao alcance de profissionais de saúde, gestores e usuários no momento em que dela precisarem.

## ESD28 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos para a Saúde Digital

O Plano de Ação da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 (ESD28) descreve o conjunto de ações e atividades a serem executadas e os recursos necessários para a implementação da ESD28, orientadas por três eixos de ação e associadas a etapas evolutivas. Foram identificadas sete prioridades, entre as quais consta a Formação e Capacitação de Recursos Humanos para a Saúde Digital. Essa prioridade objetiva propiciar ao país profissionais habilitados com experiência, atitudes e práticas para o desenvolvimento da ESD28. Os microcursos foram criados por meio de uma parceria entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Ministério da Saúde. Os cursos são voltados para a qualificação dos trabalhadores da saúde que utilizam a Tecnologia da Informação e Comunicação na gestão ou no atendimento aos usuários.

Foram ofertados três microcursos na modalidade Educação à Distância - EAD, gratuitos, pela plataforma UNA-SUS. Os conteúdos são concisos e auto-instrucionais, centrados no indivíduo, e trazendo novos conhecimentos de forma objetiva. São ofertas educacionais que possibilitam alcançar um elevado número de pessoas, contribuindo para ampliar oportunidades àqueles com dificuldades de tempo, recursos financeiros e/ou espaço.

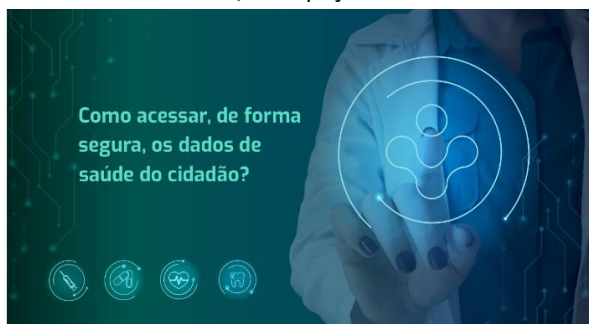


Figura 5 – Tela de entrada do Microcurso 2.

Foram disponibilizados na plataforma três microcursos com enfoque nos conceitos da Saúde Digital, da RNDS e Segurança e Ética no Compartilhamento de Dados Pessoais de Saúde, conforme mostrado a seguir:

### Microcurso 1 - A Trajetória da Saúde Digital no Brasil

- Carga de 10 horas
  - Inscrições já encerradas
  - 30 mil vagas

**Objetivo Geral:** Apresentar a trajetória da Saúde Digital no Brasil

Disponível em: <https://cgis.ufg.br/p/32648-microcurso-1-trajetoria-da-saude-digital-no-brasil>.

O objetivo desse Microcurso foi preparar os profissionais e gestores do SUS para a implementação da Saúde Digital no Brasil, a partir do reconhecimento de seus princípios, dos benefícios, da confiança e segurança para a sua utilização, visando a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

O curso apresentou aos participantes os marcos legais da Saúde Digital no Brasil e as principais diretrizes, normas e regulamentações, como a PNIIS; a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil (ESD28) e o PAM&A.

**Microcurso 2 - Rede Nacional de Dados em Saúde: o que precisamos saber?**

- Carga de 15 horas
  - Inscrições abertas até 08/11/2020
  - 30 mil vagas

**Objetivo Geral:** promover o reconhecimento pelos profissionais e gestores de saúde sobre a importância da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) em prol do cuidado em saúde de forma integrada, contínua, eficiente e de qualidade

Disponível em: <https://cgis.ufg.br/p/32712-microcurso-2-rede-nacional-de-dados-em-saude-o-que-precisamos-saber>

A RNDS, apresentada neste curso, tem como objetivo promover a troca de informações entre os pontos da Rede de Atenção à Saúde, permitindo a transição e continuidade do cuidado em todos setores da saúde.

**Microcurso 3 - Segurança e ética no compartilhamento de dados pessoais de saúde**

- Carga de 15 horas
  - Inscrições de 01/07 a 01/12/2020
  - 30 mil vagas

**Objetivo Geral:** Capacitar os profissionais da saúde na utilização ética dos dados de saúde do cidadão, conforme os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD)

Disponível em: <https://cgis.ufg.br/p/32713-microcurso-3-seguranca-e-etica-no-compartilhamento-de-dados-pessoais-de-saude>

Apresenta os principais conceitos e orientações quanto ao tratamento, segurança, privacidade e confidencialidade de dados pessoais de saúde, com foco na LGPD e as potencialidades da RNDS para o compartilhamento seguro e ético dos dados de saúde.

Em levantamento de outubro de 2020, havia 9.893 pessoas inscritas nos três microcursos. Até aquela data, 2.774 já haviam recebido o certificado.

